

O desenvolvimento e as experiências de turismo na Amazônia oriental: Estado do Pará*

*Paulo Moreira Pinto***

Resumo

O artigo faz referência à problemática do desenvolvimento do turismo na denominada Amazônia Oriental. Trata-se de análise exploratória tendo como foco o estado do Pará e os programas governamentais implantados pelo poder constituído no âmbito federal e estadual. Procura investigar, a partir disto, o porquê das iniciativas de se desenvolver o segmento do ecoturismo no Pará ainda não lograram boas experiências, principalmente no tocante a inserção comunitária. Realiza um panorama geral sobre a produção científica em turismo tendo como base os estudos e pesquisas realizados por professores da Faculdade de Turismo da Universidade Federal do Pará e os resultados que comprovam os descaminhos que o setor turístico, em especial o do ecoturismo, vem trilhando ao longo dos anos.

Palavras-chave: Turismo. Amazônia Oriental. Pesquisa acadêmica. Programas governamentais. Pará.

1. Introdução

A Amazônia Oriental é constituída pelos estados do Pará, Amapá, Tocantins, Maranhão e Mato Grosso¹ com exceção do Pantanal matogrossense. Corresponde a uma área total de 2.902.466,315 Km² sendo que destes o Pará possui, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, uma área de 1.247.689,515 Km², distribuída em 143 municípios, com 6.970.586 habitantes (IBGE, 2005). Com formidáveis configurações paisagísticas e de fauna e flora, além das riquezas minerais, este vasto território vem sendo alvo de conflitos diversificados ao longo de sua história político-administrativa e econômica.

* Texto condutor da palestra proferida no Seminário.

** Bacharel em Turismo, Especialista em Ecoturismo, Mestre em Serviço Social. Professor e Diretor da Faculdade de Turismo da Universidade Federal do Pará UFPA. E-mail: pmpinto@ufpa.br. Rua Augusto Correa, 01. Campus Universitário do Guamá. Bairro Guamá. CEP. 66075-900. Belém-Pará-Brasil.

1 O estado do Amapá tem área de 142.814,585 Km², 16 municípios e 594.587 habitantes; o Tocantins conta com 277.620,914 Km², 139 municípios e população de 1.305.728; o Maranhão tem área de 331.983,293 Km², 217 municípios e 6.103.327 habitantes; o Mato Grosso possui 903.357,908 Km² de área, 141 municípios e 2.803.274 habitantes (IBGE, 2005).

No âmbito da Amazônia Oriental o estado do Pará vem se diferenciando dos demais não apenas por sua concentração de riquezas naturais, mas principalmente pelo perfil de desenvolvimento adotado, onde a extração de minérios e a adoção da pecuária como monocultura tem sido fatores motivadores de desequilíbrios ambientais e conflitos pela posse de terras. É bem verdade que no tocante aos desequilíbrios ambientais a Amazônia em sua totalidade tem sofrido agressões tanto em sua porção Oriental como Ocidental, e mesmo na denominada Pan-Amazônia e suas zonas de fronteiras. Nesse sentido, como maneira de buscar soluções, o poder constituído tem se empenhado, por força de pressões sociais, em projetar atividades cujo objetivo é à mitigação dos impactos negativos oriundos do planejamento oficial.

Dessa feita, a atividade turística vem sendo projetada como uma das alternativas com reais possibilidades de alcançar o êxito almejado pelas políticas governamentais de desenvolvimento socioeconômico e ambiental. Entretanto, tem se deparado com o desconhecimento acerca da realidade socioambiental da Amazônia, o qual causou planos desastrosos e de diversas ordens para o efetivo desenvolvimento com sustentabilidade. Nesse sentido, a Universidade Federal do Pará - UFPA tem se destacado como centro propulsor de investigação científica acerca da realidade política, econômica e social da Amazônia. Com conhecimento acumulado em mais de cinquenta anos de história, a UFPA tem realizado esforço para o desvendamento das problemáticas que se manifestam no cotidiano do amazônida.

A atual Faculdade de Turismo da UFPA tem empenhado esforços no sentido de contribuir para que a atividade turística seja encarada como objeto de investigação científica, quebrando barreiras que algumas ciências interpõem ao seu estudo. Como objeto de estudo inter e multidisciplinar o turismo necessita do auxílio de outras ciências para abarcar todas as interfaces dos problemas apresentados. Tal empenho tem surtido efeito no acúmulo de conhecimento que a produção científica em turismo tem demonstrado ao longo da existência do cursos na UFPA.

Entretanto, isso ainda não é suficiente para que práticas exitosas, principalmente no segmento do ecoturismo - anunciado como a grande vocação para o desenvolvimento socioeconômico da Amazônia - figurassem como boas experiências com resultados profícuos para todos os envolvidos. Tal afirmativa é proveniente de análises críticas realizadas por estudos que tem como objeto os programas governamentais projetados para a Amazônia Oriental. É importante ressaltar que muito ainda se necessita investir em pesquisas para dominar os problemas existentes na realidade da porção oriental da Amazônia, os quais diferem em muitos aspectos dos ocorridos na Amazônia Ocidental.

2. O contexto do desenvolvimento amazônico

O planejamento do desenvolvimento da Amazônia tem se constituído em um campo extremamente interessante para estudos e pesquisas que almejam desvendar as várias fases e os propósitos, declarados ou não, contidos no discurso oficial. O “Discurso do Rio Amazonas” proferido pelo Presidente Getúlio Vargas em 1940 é emblemático e se constituiu em um marco de uma fase histórica do planejamento do desenvolvimento regional. Inclusive, nele pode-se observar com bastante clareza o sentido positivista das ações do poder público para eliminar fronteiras já com clara definição de internacionalização de seu território:

Todo o Brasil tem os olhos voltados para o Norte, com o desejo patriótico de auxiliar o surto do seu desenvolvimento. E não somente os brasileiros; também estrangeiros, técnicos e homens de negócios, virão colaborar nessa obra, aplicando-lhe a sua experiência e os seus capitais, com o objetivo de aumentar o comércio e as indústrias [...] (BRASIL. Superintendência, 1968).

Essa visão de grande espaço que deve ser ocupado para desencadear progresso econômico e técnico permeia toda a história de desenvolvimento da Amazônia, embora se saiba que até os dias atuais nenhum planejamento proposto pelos órgãos de desenvolvimento tenha conseguido atingir minimamente o objetivo de assentar famílias com “saúde e conforto”.

Esse período é analisado por Ianni (1996, p. 26) como:

[...] sendo uma nova fase nas relações entre o Estado e o sistema político-econômico. Todavia, as medidas econômico-financeiras adotadas, as reformas político-administrativas realizadas e a própria reestruturação do aparelho estatal não foram resultado de um plano preestabelecido. E, muito menos, foram o resultado de um estudo objetivo e sistemático das reais condições preexistentes.

Essa preocupação com o “imenso vazio demográfico da planície equatorial” vem sendo objeto de planejamento para eliminar a idéia “de que as terras equatoriais são impróprias à colonização” (SUDAM 1968). O Discurso exalta a participação do brasileiro no desbravamento, principalmente dos nordestinos como elementos pioneiros na floresta e convoca o poder público a criar mecanismos que possibilitem a fixação do ser humano nesse espaço geográfico:

Com elementos de tamanha valia, não mais perdidos na floresta, mas concentrados e metodicamente localizados, será possível, por certo, retomar a cruzada desbravadora e vencer, pouco a pouco, o grande inimigo do progresso [...], que é o espaço vazio e despovoado.

E reitera à participação do poder público:

O nomadismo do seringueiro e a instabilidade econômica dos povoados ribeirinhos devem dar lugar a núcleos de cultura agrária, onde o colono nacional, recebendo gratuitamente a terra desbravada, saneada e loteada, se fixe e estabeleça a família com saúde e conforto.

E, a partir desses objetivos, são traçados os eixos do planejamento do desenvolvimento da Amazônia cuja ação concreta dá início ao surgimento da “Operação Amazônia” e a criação do Instituto Agrônomo do Norte - IAN (1939), do Banco de Crédito da Borracha - BCB (1942), dos Territórios Federais de Guaporé, Amapá e Rio Branco (1943), do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA (1952), da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia - SPVEA (1953). Embora com o aparecimento de órgãos gerenciadores das *estratégias de desenvolvimento nacionalista*² os problemas eram solucionados de acordo com o seu aparecimento no cenário político.

Com a interferência dos governos autoritários, foram elaborados os Planos Nacional de Desenvolvimento - PND I, II e III (1972-1974, 1975-1979, 1980-1985), que preconizavam a ocupação produtiva da Amazônia, então ainda vista como um grande espaço vazio a ser ocupado. E, por conta desse fator, uma frente a ser orientada para o desenvolvimento agrícola e industrial. Os principais programas setoriais eram a pecuária de corte, extração e industrialização da madeira, mineração e indústrias eletrolíticas, lavouras selecionadas de caráter comercial e base agrônômica assegurada, pesca empresarial, e *turismo*.

Essa ocupação produtiva estava calcada em alguns campos de atuação, considerados estratégicos. Por sua vez, os mesmos foram viabilizados através do Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia - POLAMAZÔNIA, do Complexo Mínero-Metalúrgico da Amazônia Oriental e da Política de Desenvolvimento de Recursos Florestais e Uso Racional dos Solos da Amazônia (Hébette, Marin, 2004). Esta última objetivava transformar a exploração madeireira numa atividade planejada, institucionalizada e permanente.

Para Ianni (1996, p. 229-230), um dos alvos dessa política econômica era “[...] estabelecer novos objetivos e criar novos meios na política

2 O nacionalismo econômico revelou-se como uma manifestação da idéia de desenvolvimento, industrialização e independência, em face dos interesses econômicos dos países dominantes. A idéia de *economia nacional* implicava na nacionalização das decisões sobre política econômica. Portanto, o nacionalismo econômico compreendia a idéia e a decisão de criar um *capitalismo nacional* (IANNI, 1996, p. 80).

de ocupação e dinamização da economia da Amazônia”. Ainda reforça que as reformas estavam orientadas, além dos PND, nos seguintes planos governamentais: Programa de Ação Econômica do Governo (1964-1966), Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social (1967-1976), Programa Estratégico de Desenvolvimento (1968-1970), Metas e Bases para a Ação Governamental (1970-1972). E sabe-se, diz ele, que está implícita nessa *estratégia de desenvolvimento associado*,³ a interdependência do capital internacional principalmente dos Estados Unidos da América – EUA.

Os Planos de Desenvolvimento da Amazônia – PDA I, II e III (1972-1974, 1975-1979, 1980-1985) foram concebidos à luz dos PND. Neste caso, que o I PDA enfatiza os recursos naturais como elemento de produção econômica. O II e o III já possuem capítulos específicos para tratar dos recursos naturais como passíveis de conservação. E, desse modo, assegura-se “[...] a proteção contínua dos recursos naturais renováveis e o estabelecimento de parques nacionais, florestas nacionais, reservas biológicas, reservas indígenas etc. [...]”, explicita essa política o III PND quando ressalta a:

Preservação de áreas naturais representativas dos principais ecossistemas encontrados nas diversas regiões, a ser alcançada através do estabelecimento, no território nacional, de uma rede de **Estações Ecológicas** em áreas selecionadas, de acordo com estudos a serem realizados pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente – SEMA.

O PDA, para o período de 1992-1995, ressalta a influência das transformações econômicas mundiais e a preocupação com a inserção da Amazônia na economia globalizada, deixando claro os objetivos desse projeto que postulava:

[...] uma reversão completa da forma tradicional de ocupação e crescimento regional, redefinindo a posição da Amazônia na realidade social e econômica baseada no ecodesenvolvimento com alta tecnologia e elevada qualidade de vida [...].

O PDA se orientava em nove diretrizes globais: 1) promover o crescimento econômico regional; 2) assegurar a conservação do meio ambiente; 3) promover o desenvolvimento científico e tecnológico; 4) induzir o desenvolvimento social; 5) garantir a diversidade sócio-cultural; 6) consolidar e fortalecer a democracia; 7) estimular a reorga-

3 Implicava na acentuação e expansão da complementaridade e interdependência entre o subsistema econômico brasileiro e o capitalismo mundial. Os adeptos dessa estratégia acreditavam que as dificuldades e obstáculos que a economia do País estava encontrando resultavam das “distorções” introduzidas no sistema pelos adeptos do “capitalismo nacional” e do “socialismo” (IANNI, 1996).

nização do espaço regional; 8) reorientar a integração nacional e panamazônica; 9) implantar, reestruturar e modernizar as instituições de atuação regional.

Para o período de 1994-1997, o PDA persegue as mesmas diretrizes que estão calcadas em quatro políticas básicas: ambiental, sócio-antropológica, espacial e institucional. No que se refere à política ambiental a finalidade é estabelecer,

[...] um conjunto de critérios, princípios, normas e prioridades dos quais resulte um desenvolvimento da Amazônia sem a destruição do meio ambiente e do sistema ecológico da região, sem comprometer e ao contrário, potencializando o seu patrimônio natural.

Para assegurar a eficácia da política, o PDA prevê a utilização de instrumentos que permitam a execução da política ambiental e principalmente em sua base financeira como o Fundo Nacional de Meio Ambiente - FNMA; Fund for the Conservation of the Brazilian Rainforest; os *royalties* de compensação financeira definidos na Constituição Federal; o Zoneamento Ecológico-Econômico - ZEE; o Sistema de Informações sobre os Recursos Naturais da Amazônia; o Sistema de Monitoramento Permanente (sensoriamento remoto) e o Sistema de Fiscalização e Controle de Áreas de Preservação.

3. A Amazônia e os programas governamentais de turismo

Embora alguns desses instrumentos estejam sendo utilizados para implantar projetos em ciência e tecnologia como é o caso do FNMA, denotando uma mudança de postura do órgão a partir das transformações científicas e econômicas mundiais, o planejamento regional continua à margem da dinâmica social. E, como salienta Becker (1995, p. 61), quando enfatiza que o movimento de transformação do sistema mundial se manifesta em três desafios:

[...] primeiro: resolver o dilema entre produzir a custos competitivos e assegurar a incorporação contínua de inovações tecnológicas; segundo: mobilizar recursos e realizar investimentos e reformas sociais; e terceiro: ameaças à unidade territorial em nível local, regional e nacional.

E, ainda ressalta: “É na Amazônia que se manifesta com maior clareza a estrutura transicional do Estado brasileiro. Fragmentando-se a grande fronteira em novas territorialidades de atores conflitivos que tentam se articular diretamente com o espaço transnacional”.

Também hoje, com o acirramento dos conflitos pela posse de terra no Brasil, as lutas travadas pelo Movimento dos Sem Terra - MST, pela reforma agrária, as crises econômicas mundiais, reforçam esse olhar sobre a Amazônia como um grande espaço que merece ser ocu-

pado. Essas observações surgem em alguns estudos como os Macrocenários da Amazônia de 1991, elaborados em conjunto pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, Banco da Amazônia - BASA e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD. Ainda, eles reforçam essa noção de espaço do futuro com amplas alternativas de desenvolvimento e cujo subtítulo é "Cenários Alternativos e Cenário Normativo da Amazônia no horizonte do ano 2010".

Ressalte-se que as transformações mundiais na realidade sócio-política e econômica têm influência direta nas condições de desenvolvimento da Amazônia, como já observado por Becker (1995, p. 46):

Mitos e representações simplificadas sobre a Amazônia são historicamente recorrentes. Surgem em momentos de grandes transformações no sistema econômico e político mundial, quando esse imenso e desconhecido espaço é percebido como solução ou causa de ameaças que pairam sobre a humanidade.

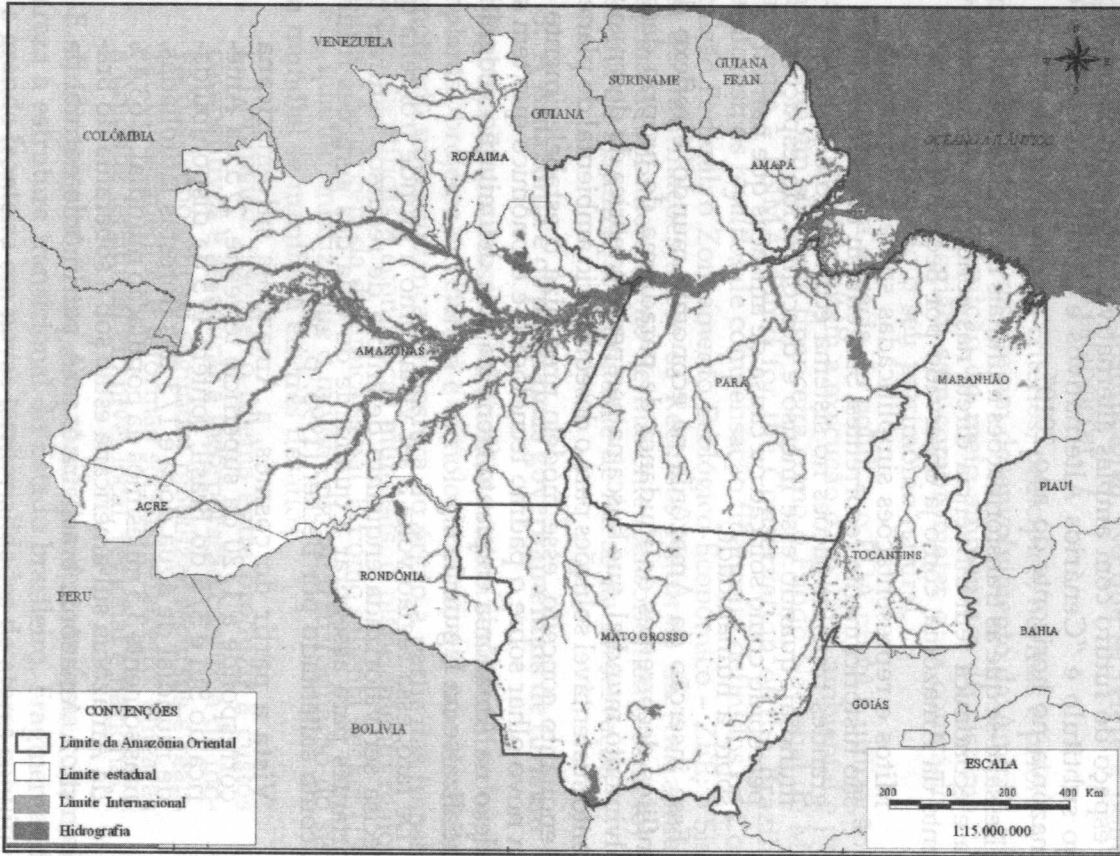
Essa inserção da Amazônia na economia-mundo⁴ é reflexo dos conflitos decorrentes da mudança de paradigma do próprio desenvolvimento mundial, que busca na perspectiva teórica do desenvolvimento sustentável soluções para o desequilíbrio ambiental do planeta. E, enquanto conceito, esse modelo preconiza o estabelecimento de um novo olhar sobre o padrão tecnológico e econômico que tem seu reflexo na Amazônia enquanto fronteira cuja delimitação geográfica visualiza-se na Figura 1.

De fato, essa região volta a ser vista como a grande fronteira que precisa ser valorizada enquanto detentora de recursos naturais importantes para assegurar a qualidade de vida das gerações futuras. E, como salientado por Becker (1995, p. 58):

Vista a partir do cosmos, a Amazônia sul-americana corresponde a 1/20 da superfície terrestre, 2/5 da América do Sul e 3/5 do Brasil; contém 1/5 da disponibilidade mundial de água doce e 1/3 das florestas latifoliadas, mas somente 3,5 milésimos da população mundial. E 63,4% da Amazônia sul-americana estão sob a soberania do Brasil. A Amazônia brasileira é, pois, patrimônio natural da

4 De acordo com a teoria desenvolvida por F. Braudel e I. Wallerstein o mundo se organiza economicamente sob a forma de "economias-mundo". Para Wallerstein a economia-mundo tem início no século XVI. Entretanto, para Braudel o século XIII é o marco deste início através do movimento comercial praticado pelas cidades italianas no Mediterrâneo; a respeito, ver Braudel (1996) e Wallerstein (2001).

Figura 1. Mapa da Amazônia Oriental



Fonte: Ferreira, 2008. Falta la cita en las referencias

sociedade nacional e um dos últimos grandes e ricos espaços pouco povoados do planeta, significando disponibilidade de recursos que se tornam escassos.

Apesar da nova postura dos órgãos de planejamento como a SUDAM, impressa em seus documentos de trabalho, é visível que o organismo não conseguia extrapolar e executar o preconizado pelo modelo do desenvolvimento sustentável.

Como salienta Figueiredo (1999: 88) ao analisar o estudo da SUDAM, denominado Desenvolvimento Sustentável da Amazônia de 1992:

Na verdade, o conceito é usado enquanto conservação de recursos naturais da Amazônia com manejo apropriado para o crescimento econômico. Não há discussão sobre a relação das estratégias e ações, com os preceitos e modelos do desenvolvimento sustentável [...] A modernização econômica não é explicada – o que o órgão entende sobre isso – mas dá a idéia de desenvolvimento tecnológico ao mesmo tempo criticado e defendido.

Esse documento é fruto do Simpósio Internacional Cenários de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia: alternativas econômicas e perspectivas de cooperação internacional, demonstrando a sua articulação com o capital internacional, haja vista que o Simpósio teve apoio e cooperação do PNUD e da Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit – GTZ, perseguindo as macro-políticas do PDA.

Esse mesmo documento ainda salienta a atividade do turismo como prioritária para a reestruturação da economia regional:

O desenvolvimento sustentável da Amazônia será construído com a orientação da futura estrutura produtiva para setores e atividades econômicas de maior adequação aos ecossistemas regionais. Entre elas, podem ser selecionadas para liderar a reestruturação da economia regional, as seguintes: Agroindústria e Produtos Naturais, Bioindústria, Indústria Madeireira, Pesca e Turismo (SUDAM 1992: 11).

A partir das premissas fixadas pelo estudo Desenvolvimento Sustentável da Amazônia, o setor turismo passa a ser encarado como uma oportunidade de geração de trabalho e renda para a comunidade amazônica, principalmente em seu segmento ecológico.

O trabalho explicita ainda a falta de tradição e experiência da Amazônia no turismo ecológico, citando como exemplo países como o Quênia, o Equador e a Costa Rica:

Com condições naturais menos favoráveis e sem o apelo mercadológico que tem a Amazônia, hoje, esses países

conseguiram, com competência, criar um ativo turismo ecológico, responsável por uma importante entrada de divisas (SUDAM 1992: 38).

Ressalta ainda que as qualidades naturais excepcionais do território amazônico podem atrair muito mais visitantes e coloca as unidades de conservação como uma das principais formas de desenvolver as atividades do turismo ecológico:

Com cerca de 17 milhões de hectares de reservas e parques nacionais, 4,3% da área total, a Amazônia conta com um acervo natural de grande porte para acelerar o fluxo turístico e desenvolver o turismo ecológico da região, transformando parte dessas reservas em pólos de turismo orientado para a natureza (SUDAM 1992: 38).

Os objetivos para o setor turismo apontados pelo Plano de Turismo da Amazônia – PTA (1980-1985), deliberado pelo II PDA, já demonstram a preocupação com o planejamento dessa atividade.

Nesses termos, a mesma aparece como propulsora do desenvolvimento econômico da região, tendo em vista que os objetivos finais a serem alcançados eram, de acordo com Brasil/Superintendência (1992), os seguintes: a) contribuição para uma ocupação territorial ordenada da Amazônia; b) participação no desenvolvimento econômico e social da Região, através da geração de emprego e renda, com os menores custos econômicos e sociais; e c) defesa ecológica e valorização dos recursos naturais da região e do seu patrimônio histórico-cultural.

4. Turismo, sustentabilidade e pesquisas acadêmicas na UFPA

O turismo pode ser definido como um sistema que se interrelaciona com os sistemas natural, social, econômico e cultural. A ação conjunta desses sistemas gera um elemento fundamental no turismo que é a atração pelo produto turístico, que por sua vez desencadeia uma série de processos que dão origem às infra-estruturas básica e turística, ao marketing turístico e à demanda pelo produto turístico (Balanzá, Nadal, 2003; Cobra, 2001; Zardo, 2003). O efeito multiplicador do turismo abrange vários atores diretos e indiretos. Em virtude desta amplitude, o aspecto que mais se destaca é o econômico, haja vista que quando se fala em turismo, pensa-se logo nos lucros e divisas que ele pode gerar, principalmente porque o turismo é uma das atividades econômicas que mais cresce no mundo.

A partir dos anos 1970, mas notadamente nos anos 1980, esta ideia de turismo começou a ser questionada, influenciada pela mudança de paradigma da ciência clássica pelo modelo fundamentado nas teorias sistêmicas, especialmente a Teoria Geral dos Sistemas – TGS de Bertalanffy (1973). Esta teoria teve influência direta no desenvolvi-

mento sustentável, que tem exigido da sociedade uma mudança do foco meramente econômico do desenvolvimento, por um foco comprometido com a sustentabilidade e ética no uso dos recursos disponíveis. No caso específico do turismo, iniciou-se uma busca por novas alternativas que considerassem não somente os aspectos econômicos, mas também os aspectos sociais, culturais e ambientais. Assim, o turismo sustentável ganhou força no meio acadêmico, e parece ser a perspectiva mais viável por ser ecocêntrico e inclusivo, não só porque engloba todos os tipos de turismo, mas também porque considera todos os sistemas envolvidos no seu desenvolvimento.

A partir deste momento o viés da sustentabilidade passa a ser o elemento norteador do turismo contemporâneo. Isto é reforçado por Krippendorf (*apud* Fennell, 2002, p. 21), quando este autor afirma que a filosofia implicava em:

[...] garantir que as políticas de turismo não se concentrassem apenas nas necessidades econômicas e técnicas, mas também a demanda por um ambiente não degradado e as considerações das necessidades da população local. Esse enfoque mais “ameno” coloca os recursos culturais e naturais no primeiro plano do desenvolvimento e do planejamento, em vez de considerá-los só num momento posterior.

Portanto, o turismo sustentável pode ser definido como:

[...] aquele que é desenvolvido e mantido em uma área (comunidade, ambiente) de maneira que, e em uma escala que, se mantenha viável pelo maior tempo possível, não degradando ou alterando o meio ambiente que usufrui (natural e cultural), não interferindo no desenvolvimento de outras atividades e processos, não degradando a qualidade de vida da população envolvida, mas pelo contrário servindo de base para uma diversificação da economia local (Wall *apud* Kinker, 2002: 17).

Conseqüentemente, o turismo sustentável tem como principal elemento o desenvolvimento local a partir, principalmente, da criação de mecanismos de proteção / conservação / preservação dos valores naturais e culturais.

Essa é a base teórica que vem norteando o processo de investigação científica da atual Faculdade de Turismo que foi criada em 1975 e, ao longo desses mais de 33 anos, tem formado planejadores de turismo que somam aproximadamente 2.000 profissionais, dentre os quais muitos estão atuando nas áreas mais diretas do turismo como o agenciamento e a hotelaria. A busca da excelência na qualificação profissional tem sido prioritária para uma boa colocação no mercado de trabalho. Portanto, muitos desses egressos estão retornando à aca-

demia via programas de pós-graduação, seja o *lato sensu*, seja o *stricto sensu*⁵, demandando novos cursos.

Ressalte-se que a Faculdade de Turismo tem em seu quadro permanente professores mestres com experiência no ensino superior de turismo e áreas afins, caracterizando a interdisciplinaridade em sua formação. Portanto, para as atividades curriculares ofertadas na graduação e pós-graduação tem firmado parcerias com outras faculdades da UFPA as quais tem interface com a atividade turística, principalmente as de Antropologia, História, Geografia, Educação, Biologia, Ciências Econômicas, Administração e Serviço Social. E, também com instituições de pesquisa como o Museu Paraense Emílio Goeldi, além das de ensino como a Universidade Estadual do Pará – UEPA, e particulares como a Universidade da Amazônia – UNAMA.

No campo da pesquisa acadêmica tem realizado estudos inovadores e paradigmáticos para o desenvolvimento do turismo na Amazônia. A produção científica oriunda da formação acadêmica tem produzido análises contundentes sobre o *modus vivendi* e *operandi* dessa população, cuja produção recente pode ser observada no Quadro 1. Entretanto, tal análise ainda é incipiente para abarcar toda a complexidade da problemática amazônica.

Tal quadro vem reforçar a importância que a Faculdade de Turismo enseja para qualificar os cursos de graduação e pós-graduação ofertados e demonstra a seriedade e o compromisso com a formação dos egressos. Ressalte-se que também tem sido uma prática salutar o convite a profissionais reconhecidos por sua produção intelectual oriundos de diversos estados brasileiros, mas principalmente do eixo sul e sudeste. O intercâmbio de conhecimentos com esses profissionais tem sido de grande êxito entre os egressos e os docentes dos cursos, uma vez que a troca de experiências ensejou a ampliação da atuação profissional, com muitos alunos migrando para setores até então não demandados da atividade turística.

De maneira ampla, como missão do curso pode-se fazer referência a da própria UFPA declarada em seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2001-2010, que vem a ser: gerar, difundir e aplicar o conhecimento nos diversos campos do saber, visando à melhoria da qualidade de vida do ser humano em geral, e em particular do amazônida, aproveitando as potencialidades da região mediante processos integrados de ensino, pesquisa e extensão, por sua vez sustentados em princípios de responsabilidade, de respeito à ética, à diversidade

5 *Lato sensu* tiene el objetivo de proporcionar la especialización del profesional del nivel superior para actuar en diversas actividades sociales. *Estricto sensu* calificar profesionales para actividades académicas caracterizadas por enseñanza superior e investigación científica. Celso, F. 2002 *Revista Medicina Ribeirão Preto*. Jul-sep (35) pp.: 333- 384. Sao Paulo. Disponible en: www.fmrp.usp.br/revista/2002. N. del E.

Quadro 1.

Produção acadêmica recente da Faculdade de Turismo da UFPA

Autor	Título	Tipo	Ano
Álvaro Negrão do Espírito Santo	Regionalização e gestão do espaço turístico: o processo de roteirização e de gestão participativa do pólo Marajó, Pará	Dissertação de Mestrado	2007
Helena Doris de Almeida Barbosa Quaresma	O desencanto da princesa: pescadores tradicionais e turismo na área de proteção ambiental de Algodual/ Maiandeuá	Dissertação/Livro	2003
José Lúcio Bentes do Nascimento	O surfe na Pororoca: sustentabilidade e turismo em São Domingos do Capim-PA	Dissertação/Livro	2007
Leila Glória do Couto Gurjão	O trabalho de conclusão de curso como uma das possibilidades da produção de conhecimento nas instituições de ensino superior: curso de turismo na UFPA	Dissertação de Mestrado	2002
Marilsa Daguer Ewerton	Organização social para o turismo em reservas extrativistas: a reserva marinha de Soure	Dissertação de Mestrado	2007
Paulo Moreira Pinto	Unidades de conservação, turismo e exclusão social no parque estadual da Serra dos Martírios/ Andorinhas	Dissertação de Mestrado	2006
Silvia Helena Ribeiro Cruz	Impactos do turismo na lha do Marajó (PA): aspectos ambientais da praia do Pesqueiro	Dissertação de Mestrado	1998

Fonte: Elaboração do autor.

biológica, étnica e cultural, garantindo a todos o acesso ao conhecimento produzido e acumulado, de modo a contribuir para o exercício pleno da cidadania, fundada em formação humanística, crítica, reflexiva e investigativa.

No tocante a visão, a UFPA persegue: tornar-se referência local, regional, nacional e internacional nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, consolidando-se como instituição multicampi e firmando-se como suporte de excelência para as demandas sociopolíticas de uma Amazônia economicamente viável, ambientalmente segura e socialmente justa (PDI 2001-2010).

5. A inserção comunitária nos programas governamentais de turismo

Com a introdução do componente ambiental como prerrogativa para o desencadeamento de processos de planejamento e gestão, o Estado em sua face neoliberal passa a incorporar questões até então relegadas a outros planos. Diante da globalização econômica e informacional vê-se pressionado pelos novos atores que emergem das especificidades trazidas pelos paradoxismos das redes que intercalam o global, o nacional, o regional e o local. Os atores locais que foram invisibilizados em vários momentos serão o grande alvo das políticas governamentais a partir de um contexto historicamente determinado.

É nesse contexto da contemporaneidade que se observa a complexidade das relações sociais estabelecidas e a busca da superação de situações que vão de encontro com os preceitos universais conquistados pelos seres humanos. A partir dessa lógica os seres humanos tentam conquistar espaços e direitos que por mais universais que sejam muitos não conseguem atingi-los. Assim iniciam um movimento de pressão ao estabelecido que tenha como parâmetro a perspectiva da sustentabilidade a qual, por seu lado, o Estado reconhece e no intuito de fazer sua legitimação também busca mecanismos estratégicos para assegurá-los provocando sua naturalização.

As estratégias são de variadas ordens, mas principalmente no tocante à determinação das políticas governamentais, as quais possibilitam uma atuação mais suavizada dos aparatos do Estado. Nessa ordem de simples atores coadjuvantes, os comunitários passaram, no discurso, a atores principais, e tal fato nem sempre se deu de forma pacífica, embora se saiba que tais conquistas muitas vezes nunca deixaram de ser uma simples folha de papel. De qualquer maneira essa lógica está presente também nas políticas governamentais de turismo que ao longo do tempo tenta incorporar os processos comunitários.

No turismo o reconhecimento de que é no núcleo receptor que acontece a distribuição e o efeito multiplicador do turismo já era um fato presente e estudado pelos teóricos do turismo, principalmente tendo como foco alguns países e locais da Europa. Tal fato se deu no início dos anos 1970 quando intelectuais de variadas formações acadêmicas detiveram-se no desvendamento do fato e do fenômeno turístico, principalmente nos aspectos nocivos vivenciados pela superexploração dos atrativos nos países do primeiro mundo. Desse cenário surgem grandes contribuições teóricas demonstrando os impactos negativos da atividade, dentre esses se cita a submissão dos locais frente à cultura dos visitantes com a aculturação e a xenofobia como fatores advindos deste processo.

O modelo de turismo então visualizado era o de atração de grande fluxo de visitantes para os locais visitados, o que se denomina de turismo de massa ou convencional uma vez que a lógica era a supervenda dos produtos turístico, e observe-se, estava centrado nos atrativos geográficos e naturais. Esse fato é importante para o entendimento de como esta lógica determinará os produtos turísticos a serem ofertados pelos países centrais e pelos periféricos, haja vista que o modelo que estava sendo analisado e criticado pelo centro foi adotado sem críticas pelos da periferia, o que já demonstra uma submissão ao modelo. Tal fato gerou em países periféricos os mesmos efeitos nocivos, mas com agravantes nitidamente perceptíveis tendo em vista os conflitos sociais já instalados.

Não é de menor importância enfatizar que este modelo acirra ainda mais os conflitos e impõe para as sociedades periféricas uma atividade

ainda mais excludente, centrada no poder econômico de quem faz o deslocamento turístico. O papel submisso das populações locais fica evidenciado na informalidade econômica dos comunitários, onde muitos não conseguem vislumbrar o efeito multiplicador da atividade turística. Fato que já era apontado pelos estudos dos países centrais e que só começa a ser debatido em países periféricos a partir dos anos 1980, quando se inicia uma quebra no modelo estabelecido pela introdução de novos paradigmas notadamente a visão sistêmica e a questão ambiental.

Nesse momento é que tem ênfase a noção de que o mercado aponta para produtos que contenham matérias-primas naturais e que sejam elaborados a partir de fontes de energia alternativas ou não-poluentes. Note-se que é um pedido do próprio mercado para o mercado, portanto eivado das contradições intrínsecas ao mesmo. No turismo isto quer dizer que existe um elemento primordial para o fazer turístico, este é a própria natureza enquanto recurso natural único de alguns atrativos e seu elemento manejador, ou seja, o ser humano que historicamente lida com os recursos da natureza obtendo seu sustento de forma não-predatória.

Esse retorno ao elemento natural não se dá, entretanto, sem a mediação do mercado que lhe impõe limites e possibilidades e fazendo com que políticas públicas e governamentais surjam para reconhecer os direitos dos comunitários. As políticas governamentais tentam, através do discurso da inclusão social, inserir os comunitários dando-lhes noção de cidadania, convocando-os para debates que para muitos são inacessíveis. A estratégia passa a ser a do exercício da cidadania por aqueles que ainda não entenderam o que é ser cidadão, portanto exerce uma pseudo-cidadania onde participa dos fóruns para os quais é convocado, mas não entende muito bem as propostas em pauta.

Este é o caso de planos, programas e projetos de turismo que em muitos casos se tornaram símbolos das estratégias governamentais como o Programa Nacional de Municipalização do Turismo - PNMT, além do Programa de Regionalização do Turismo - PRT, herdeiro metodológico do PNMT e que procura seu diferencial através do sentido regional. Trata-se efetivamente de sensibilizar as populações locais da importância do turismo como fator de geração de renda e trabalho focalizado no atrativo diferencial das localidades ou regiões e, portanto, para o qual o componente da sustentabilidade econômica é o elemento prioritário. Entende-se de qualquer modo, que tal fato é um avanço em políticas públicas que reconhecem alguns direitos cidadãos, diferentemente das traçadas anteriormente e que se centravam apenas no poderio econômico da elite empresarial brasileira, financiando projetos com recursos públicos a fundo perdidos e que contribuíram para o endividamento da União.

Embora tal lógica ainda persista, pela pressão social vê-se o aparecimento de programas que reforçam a cidadania como conquista

de espaços até então não acessíveis, como é o caso do incentivo a organização social⁶ dos cidadãos em associações ou cooperativas. Embora se saiba que não é a panacéia do mundo, a aglutinação de comunitários em cooperativas tem se mostrado como importante fator para pequenos e médios núcleos receptores de turismo. A organização social de comunitários tem demonstrado ser bastante eficaz em estudos como o de Quaresma (2003) quando da formação de grupos locais em favor da não depredação e valorização cultural dos moradores de Fortalezinha, na ilha de Maiandeuá. Ou, dos exemplos relatados por Cruz (2006) e Ewerton (2005) sobre a comunidade da praia do Pesqueiro em Soure, na ilha do Marajó, com clara demonstração de luta contra as elites locais quando da criação da RESEX Marinha de Soure e seus desdobramentos socioambientais.

6. Considerações finais

Segundo a Organização Mundial do Turismo - OMT o ecoturismo cresce a uma taxa de 20% ao ano, e os investimentos no setor somaram 90% nos últimos 15 (quinze) anos. No Brasil de acordo com o Ministério do Turismo - MTUR e OMT mais de meio milhão de pessoas praticam essa modalidade de turismo.

Para a Amazônia, em conformidade com o planejamento dos organismos oficiais de turismo como a Companhia Paraense de Turismo - PARATUR, o ecoturismo é o segmento que tem se projetado como prioritário para o desenvolvimento da região e, principalmente, do estado do Pará. Tendo como matriz teórica a perspectiva do Desenvolvimento Sustentável - DS, vem proporcionando amplos debates, seja do ponto de vista econômico, ou seja, como elemento de inclusão social. A inserção do componente da sustentabilidade como pauta das preocupações de crescente parcela da população mundial aponta para a necessidade da formação de profissionais que saibam trabalhar objetivando princípios éticos, com respeito aos direitos do ser humano e sua relação com o ambiente natural.

Nessa perspectiva, a formação exigida pelo mercado de trabalho tem características peculiares e requer um esforço de entendimento acerca dessas necessidades. A formação de profissionais capazes de analisar a realidade brasileira e amazônica requer também mudanças significativas na maneira de se planejar e gerir. Os setores públicos e particulares exigem, portanto, um profissional que alie as

6 O Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, atendidos aos requisitos previstos nesta Lei (BRASIL. Lei, 1998).

condições de um raciocínio teórico e prático que esteja em permanente atualização acerca das dinâmicas exigidas por um mercado inserido na economia globalizada.

O estado do Pará, com os seus 143 municípios, foi priorizado por programas governamentais como o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo para a Amazônia Legal – PROECOTUR, em ação desde 1995 e que identificou 4 pólos para investimentos infraestruturais. A expectativa é de que o PROECOTUR, através de seus investimentos, possibilite a absorção de profissionais qualificados não só para o setor público como para futuros empreendedores particulares.

Outro projeto em perspectiva é o PRT que prevê ações localizadas, principalmente com relação ao desenvolvimento de novos produtos turísticos. Essas ações foram estabelecidas a partir da Política Nacional de Turismo – PNT para 2003-2007 e 2008-2010, com metas definidas e que contam com o esforço do Governo Federal. Ressaltando-se também a alocação de recursos públicos para o financiamento das ações, bem como programas de financiamento para projetos de empreendimentos particulares.

Desse modo, pode-se antever que a formação acadêmica do profissional tende para a inter e a multidisciplinaridade. O que requer uma visão holística das especificidades de cada região evitando as famosas “adaptações”, que muitas vezes tornam inviáveis o desenvolvimento turístico. Torna-se indispensável, portanto, a consolidação de práticas educativas que considerem as peculiaridades locais, principalmente em se tratando de uma região tão visada internacionalmente como a amazônica.

7. Referências

- Balanzá, I., Nadal M. (Org.). (2003). *Marketing e comercialização de produtos turísticos*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- Becker, B. (1995). A (des) ordem global, o desenvolvimento sustentável e a Amazônia. En: Becker, Berta; Christofolletti, Antonio; Davidovich, Fany R y Geiger, Pedro P. (Org.). *Geografia e meio ambiente no Brasil*. São Paulo: HUCITEC. p. 46-64.
- Bertalanffy, L. (1973). *Teoria geral dos sistemas*. Petrópolis: Vozes.
- Brasil. (1998). Diário Oficial da União – DOU. *Lei n. 9637 de 15 de maio de 1998*. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais. Brasília: DOU.
- Braudel, F. (1996). *Civilização material, economia e capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes.
- Cobra, M. (2001). *Marketing de turismo*. São Paulo: Cobra.
- Cruz, S. (2006). *Planejamento do turismo sustentável e com bases comunitárias na RESEX marinha de Soure*. 2004-2006, Projeto de Extensão (Departamento de Turismo), Universidade Federal do Pará. Belém.

- Ewerton, M. D. (2005). *Organização social para o turismo em reservas extrativistas: a reserva extrativista marinha de Soure*. 30 f. Projeto de Dissertação Mestrado em Serviço Social, Universidade Federal do Pará. Belém.
- Fennell, D. (2002). *Ecoturismo: uma introdução*. São Paulo: Contexto.
- Figueiredo, S. (1999). Ecoturismo e desenvolvimento sustentável: alternativas para o desenvolvimento da Amazônia. En: Figueiredo, Sílvio Lima (Org.). *O ecoturismo e a questão ambiental na Amazônia*. Belém, NAEA/UFPA. p. 75-126.
- Hébette, J., Marín A., R. (2004). Colonização espontânea, política agrária e grupos sociais: reflexões sobre a colonização em torno da rodovia Belém-Brasília. En: Hébette, Jean. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. Belém: EDUFPA. v.1. p. 41-73.
- Ianni, O. (1996). *Estado e planejamento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) 2005. www.ibge.gov.br
- _____ (2000). *Censo demográfico/2000: estimativa 2005*. Disponível em: www.ibge.gov.br Acesso em: 02/08/08
- Kinker, S. (2002). *Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais*. Campinas: Pnapirus.
- Quaresma, H. (2003). *O desencanto da princesa: pescadores tradicionais e turismo na área de proteção ambiental de Algodual/Maiandeuá*. Belém: NAEA/UFPA.
- SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) (1992). *Desenvolvimento sustentável da Amazônia: estratégias de desenvolvimento e alternativas de investimento*. Rio de Janeiro.
- _____ (1968). *Operação Amazônia (Discursos)*. Belém.
- Wallerstein, I. (2001). A reestruturação capitalista e o sistema mundo. En: Gentili, Pablo (Org.). *Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na ordem mundial*. Petrópolis: Vozes.
- Zardo, E. (2003). *Marketing aplicado ao turismo*. São Paulo: Roca.

Anexo 1.
Expositores y ponencias del Seminario
Internacional turismo en la Amazonia

Ponencias	Ponente	Institución	Ciudad/País
Experiencias ecoturísticas de Comunidades en la Amazonia Boliviana	Marcelo Arze	Conservación Internacional	La Paz, Bolivia
Experiencias, riesgos y potencialidades del turismo amazónico en Colombia	Ivonne Yannette Mejía Cubillos	Fundación Patrimonio Ambiental	Bogotá
El enfoque de cadena de valor para el fortalecimiento del ecoturismo a nivel local	Luisa Fernanda López	Instituto de Investigaciones Alexander von Humboldt	Bogotá
Del viaje al turismo en el paisaje Colombiano	Germán Palacio	Unal. Amazonia	Leticia
As Experiências do Turismo na Amazônia Oriental: estado do Pará	Paulo Moreira	Universidade Federal do Pará	Belém de Para Brasil
Implicaciones del turismo para comunidades de la Amazonia. El trueque amazónico	Javier Gordillo Jordán	Alternativas de Desarrollo Amazónico - ALDEA SAC	Pto Maldonado, Perú
Ecoturismo de Base Comunitária na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá	Samantha Aquino	Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM	Tefé - Am. Brasil
Evaluación de Servicios ecoturístico en el Parque Nacional Natural Amacayacu	Kees Stapel	Aviatur, Concesión Amacayacu	Bogotá
Gestión de destinos turísticos sostenibles, el caso colombiano	Rosa Isabel Duque	Universidad Externado	Bogotá
Experiencias de formación en el área de turismo en el departamento del Amazonas	Javier Novoa	SENA, Multisectorial Leticia	Leticia
Turismo y cultura en la Amazonia. Proyectos de ministerio de cultura	Alfredo Dussan	Ministerio de cultura	Bogotá
Experiencia turística de Monilla Amena	Absalón Arango	Comunidad Monilla Amena	Leticia
Ecoturismo, una mirada desde lo local. Experiencia de la comunidad El Vergel y el Parque Amacayacu	Ricaurte Vásquez	Comunidad Indígena El Vergel	Leticia
Experiencia de Circuitos entre las Reservas de la Circuito Pichuna	Oscar Tamayo	Red de Reservas Privadas de la Sociedad Civil del Amazonas	Leticia
Las proyecciones del turismo en el Trapecio Amazónico	Juan Carlos Martínez	DAFE Gobernación del Amazonas	Leticia
Parques nacionales naturales y concesiones ecoturísticas. Caso Amacayacu	Iván Carroll	Maestría en Estudios Amazónicos Unal. Amazonia	Leticia
Plan sectorial de turismo de Leticia.	Germán Ochoa Z.	Unal. Amazonia	Leticia



EDITORES E IMPRESORES

Edición terminada
en noviembre de 2008
Bogotá, D.C. - Colombia

El turismo es uno de los fenómenos sociales más importantes y tal vez de mayor influencia en la Amazonia actual. El incremento permanente de visitantes a las principales ciudades sobre el Río Amazonas y las múltiples respuestas y expectativas que genera en los habitantes locales así lo demuestran. Sin embargo sus orígenes y dinámica actual no son ajenos al pasado extractivo y colonial que pesa sobre la región. Independiente de las posiciones asumidas es necesario entender que, si bien puede representar una opción de ingresos y quizá de desarrollo ambiental amigable –a diferencia del actual modelo de desarrollo convencional que se implementa descontroladamente en la región–, el turismo no debe constituirse en la excusa para que las sociedades amazónicas, indígenas y no indígenas, enfrenten los retos de la modernidad globalizadora de la cual el turismo es una de sus más claras expresiones.

A pesar de que en el turismo se reproduzcan algunos mecanismos de acumulación capitalista y se argumente que los actores locales solo participan de manera periférica, es necesario tener en cuenta el incremento constante de turistas hacia la región y analizar las respuestas de las sociedades locales que precisan de fuentes de generación de ingresos y que a su vez usan el turismo para redefinir sus identidades. Si no se enfrentan los problemas básicos de las poblaciones amazónicas en cuanto a infraestructura y servicios básicos, es muy posible que el turismo no traiga los tan alardeados beneficios y pueda convertirse más bien en una alternativa exitosa para algunos agentes que controlan esta industria internacional, y en menor medida para algunas iniciativas locales que, a pesar de contar con una organización propia, parecen depender de un marco legal regulador y un constante acompañamiento y apoyo financiero externo.

